

AR, 26 de setembro de 2023

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Agradecemos a oportunidade que dão à Liga dos Bombeiros Portugueses de poder apresentar as suas preocupações na Casa da Democracia.

Os Bombeiros são corpos de socorro imprescindíveis e insubstituíveis em todo o Mundo, mesmo que assumam outra designação. Os Bombeiros Portugueses, cuja história remonta ao reinado de D. João I, prestam um inestimável e imprescindível serviço à população no âmbito do transporte de doentes e da emergência pré-hospitalar, no combate a incêndios e em todas as situações de acidentes graves, catástrofes ou calamidades, estando presentes em mais de 98% das ocorrências em Portugal, num total de cerca de 2 milhões de mobilizações por ano. Todos nós já assistimos à intervenção dessas mulheres e homens em missões de socorro e salvamento, quer de forma direta, quer através da sua presença mediática, designadamente no combate a incêndios florestais (os quais representam apenas 7% da atividade dos Bombeiros), ou, mais recentemente, durante a pandemia COVID19.

Precisamos dos Bombeiros nos momentos de aflição, dia após dia, sem qualquer dia de intervalo, em estado de prontidão permanente e disponíveis, porque o seu desígnio é salvar pessoas, bens e ambiente, não olhando a quem precisa de socorro.

Por isso, a Liga dos Bombeiros Portugueses sente-se mandatada pelos Bombeiros de Portugal (mais de 40.000 bombeiros, 464 Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros, mais de 10.000 dirigentes associativos, mais de 2 milhões de sócios nas Associações Humanitárias de Bombeiros) e em memória dos que faleceram, para defender a sua atividade, a sua identidade, a sua dignidade e a sua honorabilidade.

Portugal, ao poder dispor de Bombeiros Voluntários, é uma Nação que tem um bem imaterial de valor incalculável. Desde logo, porque no princípio de definição do conceito de proteção civil, o mesmo envolve os cidadãos, que, neste caso, de

forma organizada, apresentam uma capilaridade única de meios de socorro de resposta às emergências, garantindo que uma parte substancial das despesas com a atividade de socorro sejam muito baixas, se comparadas com a total profissionalização dos Bombeiros em Portugal. Pelas nossas estimativas, a completa profissionalização dos nossos corpos de bombeiros poderá atingir o valor de 2 mil milhões de euros/ano.

Os Bombeiros precisam que olhemos para a nossa paisagem, para as nossas florestas, para os nossos hábitos, para o nosso território, para a nossa experiência e abandonemos experimentalismos ou lutas por protagonismos de classe, para nos centrarmos na verdadeira questão: defender as nossas florestas, os bens, a natureza e acima de tudo a vida dos nossos cidadãos.

Foi, por tudo isto, que ouvimos com elevada estranheza que um alto dirigente da Administração Central do Estado, na dependência do Primeiro-Ministro, figura pública na área da prevenção e do combate aos incêndios, cidadão cujas declarações a opinião pública, em geral, e a comunicação social, em particular, prestam atenção e atribuem credibilidade, tenha proferido no passado dia 27-07-2023, nesta Comissão de Agricultura e Pescas, numa Audição da entidade, AGÊNCIA PARA A GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS, I.P., tivesse feito afirmações contundentes para a imagem e honra dos Bombeiros portugueses e dos Municípios, designadamente, e citando:

*"E porque é que os corpos dos bombeiros recebem em função da área ardida?! É um incentivo perverso, não é?!"*

Estas duas afirmações do Presidente da AGIF, Doutor Tiago Oliveira, atingem diretamente a honorabilidade, a dignidade, a consideração social e a reputação profissional de que gozam todos os bombeiros em Portugal, sendo que, estava consciente da falsidade de tal imputação. Ou seja, o presidente da AGIF quis fazer crer nesta Comissão, onde prestou tais declarações, e também na opinião pública em geral, sabendo que a sua audição estava a ser transmitida no Canal Parlamento, que os bombeiros ganham de acordo com a área ardida e que quanto mais ganham mais prejudicado fica o interesse nacional, o que constitui uma profunda e inaceitável CALÚNIA, que queremos firmemente repudiar.

E, natural e inevitavelmente, ao usar o referido conceito de *"incentivo perverso"*, levanta a suspeição, mais grave ainda, dos corpos de bombeiros poderem estar

na génese dos incêndios... sendo que a suspeição é uma afirmação que levanta/suscita a probabilidade de existir ou ocorrer algo que é moralmente indesejável ou juridicamente ilegal, embora sem se atrever a emitir uma opinião conclusiva acerca dessa possibilidade, o que reveste um carácter pernicioso pois dificulta mais a defesa por parte dos visados.

O presidente da AGIF poderia, posteriormente, ter corrigido as suas afirmações ou pedido desculpa. Porém não o fez, nem em público, nem por escrito. Lamentamos profundamente o que ocorreu e, ainda mais, a falta de percepção do Doutor Tiago Oliveira pela ofensa que teve para com os Bombeiros de Portugal.

Mas será que há inocência no processo? Não é essa a nossa visão. Pelo contrário, há intenção, tentando criar a dúvida, abrir caminho, procurar espaço para poder apresentar e defender uma ideia fixa de impor ao País um sistema de coordenação e de combate aos incêndios florestais que considere a divisão dos Bombeiros em dois grupos distintos: os Bombeiros Sapadores Florestais para combate nos espaços florestais e rurais e os Bombeiros Urbanos para defesa das infraestruturas e bens em aglomerados populacionais. Tremendo erro, caso os políticos portugueses aceitem um modelo retrógrado, desfasado do nosso ordenamento (ou melhor, desordenamento) territorial e que não conseguiu provar nos grandes incêndios florestais no corrente ano no Canadá. A quem servirá um modelo dual? Não será certamente às populações, à sociedade ou ao nosso País. Somos um território pequeno, com interfaces urbano-florestal intensos, com dispersão de povoamento, por isso temos de apostar naquilo que fizemos bem, diria muito bem este ano: diminuição do número de ignições em simultâneo, através da sensibilização e vigilância intensa e permanente; ataque inicial ampliado com todos os meios disponíveis; e forte dispositivo de resposta dos Bombeiros, colocando se necessário 1.000 bombeiros num teatro de operações, em muito pouco tempo, sem esperar 2 ou 3 dias para ver como os incêndios evoluem (algumas vezes evoluem mal e depois, quase sempre, conclui-se que a decisão da entidade que tem a responsabilidade de coordenar foi tardia). Estiveram bem os decisores políticos quando decidiram contratar 72 meios aéreos, esteve bem a coordenação quando implementou as sugestões operacionais que os Comandantes de Bombeiros e a Liga dos Bombeiros Portugueses tinha vindo a sugerir. Esteve mal a AGIF

quando coloca em dúvida a capacidade operacional dos Bombeiros, em muito resultante dos apoios financeiros das Autarquias e o número de aeronaves contratualizadas. Um erro de palmatória que poderia custar muito caro aos portugueses se a teoria apresentada tivesse sido seguida.

Com as Alterações Climáticas, a violência das chamas não se coaduna com um combate com enxadas e pás, e contrafogos. Combatem-se com meios adequados e promovendo iniciativas de supressão agressivas. As pás e as enxadas têm o seu espaço e o seu momento. Os contrafogos (ou fogo tático) têm a sua oportunidade. Não podem ser a solução para tudo, pelo menos no nosso território, caso queiramos ter um Portugal verde, amigo do ambiente e economicamente sustentável. Portugal necessita de reforçar os seus Bombeiros e de refletir se será adequado, do ponto de vista financeiro e organizacional, ter 5 principais forças de combate aos incêndios, sendo que a soma de 4 delas, não consegue colocar à disposição do combate mais de 600 mulheres e homens em cada período de trabalho, em contraponto com os 15.000 Bombeiros. Quanto a nós, este modelo merece uma profunda reflexão e estamos no momento de podermos corrigir decisões do passado que não se mostrem as mais adequadas. Haja coragem para discutir abertamente o que se passa de facto no terreno, pelo que pela nossa parte os Bombeiros estarão disponíveis para participar em qualquer fórum que, com verdade, queira discutir a organização do combate e aprender com as lições aprendidas, sem subterfúgios de qualquer ordem, sejam políticos, técnicos ou operacionais.

E para melhor ilustrar que de facto os Bombeiros não são financiados pela área ardida, tanto mais que o valor final atribuído ao conjunto dos corpos de bombeiros é fixado em Orçamento de Estado e não varia em função de qualquer atividade operacional (reafirmando-se que os incêndios florestais só representam 7% da atividade dos corpos de bombeiros), como é facilmente comprovável pelo facto de que desde a aprovação da Lei nº 94/2015, de 13 de agosto, nunca a Assembleia da República reforçou esse financiamento em anos trágicos como os resultantes do elevado número de incêndios florestais, permita-me Senhor Presidente que possa entregar um estudo elaborado pela Federação dos Bombeiros de Portalegre sobre esta matéria, em resposta às falsas afirmações do Doutor Tiago Oliveira.